

“NA PLATEIA VENDENDO A PRÓPRIA EXTINÇÃO”: A LEI 11.645/2008 E A LUTA ANTICAPITALISTA PARA FREAR O COLAPSO PLANETÁRIO¹

Larissa Bulhões²
Thuanny Aparecida Nogueira³

Resumo

A conversão ideológica das relações de produção capitalista em leis naturais instituiu a apatia social frente ao colapso planetário. Apoiadas em Marx e Leontiev situamos as instituições escolares como territórios de disputa das consciências. À luz de Davi Kopenawa e do samba-enredo “Hutukara”, destacamos a potência do ensino da história e das culturas afro-brasileira e indígenas para desnaturalizar as formas sociais burguesas e vincular a preservação da vida no planeta à luta anticapitalista.

Palavra-chave: Crise climática; educação anticolonial; marxismo; psicologia histórico-cultural.

“EM LA PLATEA VIENDO LA PROPIA EXTINCIÓN”: LA LEY 11.645/2008 Y LA LUCHA ANTICAPITALISTA PARA FRENAR EL COLAPSO PLANETARIO

Resumen

La conversión ideológica de las relaciones de producción capitalistas en leyes naturales ha instaurado la apatía social ante el colapso planetario. Inspirándonos en Marx y Leontiev, concebimos las instituciones educativas como espacios de disputa por la conciencia. A la luz de Davi Kopenawa y el samba-enredo “Hutukara”, destacamos el poder de la enseñanza de la historia y las culturas afrobrasileñas e indígenas para desnaturalizar las formas sociales burguesas y vincular la preservación de la vida en el planeta con la lucha anticapitalista.

Palabra clave: Crisis climática; educación anticolonial; marxismo; psicología histórico-cultural.

“IN THE AUDIENCE WATCHING OUR OWN EXTINCTION”: LAW 11.645/2008 AND THE ANTICAPITALIST STRUGGLE TO HALT PLANETARY COLLAPSE

Abstract

The ideological conversion of capitalist production relations into natural laws has instituted social apathy in the face of planetary collapse. Drawing on Marx and Leontiev, we situate educational institutions as territories of contestation for consciousness. In light of Davi Kopenawa and the samba-enredo “Hutukara,” we highlight the power of teaching Afro-Brazilian and Indigenous history and cultures to denaturalize bourgeois social forms and link the preservation of life on the planet to the anti-capitalist struggle.

Keywords: Climate crisis; anticolonial education; marxism; cultural-historical psychology.

¹ Artigo recebido em 05/10/2025. Aprovado em 26/03/2026. Publicado em 22/04/2026.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v24i53.69450>

² Doutora em Educação Escolar. Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Psicóloga. E-mail: larissa.bulhoes@ufla.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8840545194207218>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8388-0036>.

³ Mestra em Educação Científica e Ambiental pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Pedagoga (UFLA). Professora da Rede Municipal de Ensino de Lavras (MG).

E-mail: thuanny.nogueira1@estudante.ufla.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5573-5106>.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6574030089604822>

Introdução

“[...] do ponto de vista de uma formação econômica superior da sociedade, a propriedade privada do globo terrestre nas mãos de indivíduos isolados parecerá tão absurda quanto a propriedade privada de um ser humano sobre outro ser humano.”
(Marx, 2017b, p. 836)

A propriedade privada moderna é uma forma social especificamente burguesa que legitima juridicamente a usurpação da riqueza social pela classe dominante. Por meio da apropriação excludente dos meios de produção e subsistência, a sociabilidade capitalista apartou as forças objetivas e subjetivas do trabalho e subjugou a produção da vida material aos imperativos da acumulação do valor (Marx, 2017a). Nesse processo, a intemperividade do capital, incompatível com os ritmos da Terra, rompeu o metabolismo entre os seres humanos e a natureza, desestabilizando os ciclos naturais que viabilizam a vida no planeta (Angus, 2016).

Segundo a teoria marxiana, um dos principais pilares de sustentação do modo de produção burguês é a naturalização das suas formas sociais, que se manifestam na superfície sensível desta sociabilidade como expressões universais das relações humanas (Marx, 2017b). Essa apresentação distorcida da realidade dificulta a apreensão dos processos violentos de despossessão, genocídio e ecocídio como determinações históricas específicas da ordem social capitalista. Ao nublar a totalidade das relações sociais de produção burguesa, a ideologia dominante atribui a lógica predatória do capital à natureza humana, resultando na apatia social diante do atual colapso climático e civilizatório.

Escrito em parceria com representantes dos povos Yanomami, O samba-enredo Hutukara (Cruz et. al., 2024) da Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro critica essa postura resignada da sociedade ocidental, descrevendo-a como um “povo na plateia vendo a própria extinção”. Esse verso, que intitula o artigo em tela, interpela a superioridade autoproclamada da racionalidade eurocêntrica, reiterando a assertiva marxiana de que a contraposição com outros modos de produção revela os condicionantes históricos da sociabilidade burguesa.

Em sua crítica à teoria moderna da colonização, Marx (2017a) assevera que as organizações sociais não capitalistas vigentes nos territórios colonizados desestabilizaram a ideologia burguesa ao demonstrarem que o capitalismo não resulta de uma evolução natural da humanidade, mas da ruptura truculenta entre o trabalho

e os meios de sua realização, perpetrada por campanhas de extermínio, expropriação e anexação territorial. Isto posto, a valorização da pluralidade de ser e estar no mundo revela-se central para confrontar a representação ideológica da realidade que sustenta a ordem burguesa e reabrir o horizonte da transformação social.

Dado que a naturalização da cisão entre ser humano e natureza, bem como a resignação diante do fim iminente da vida no planeta, não podem ser dissociadas da concepção de mundo forjada na sociabilidade capitalista, emerge a tarefa de analisar os meios pelos quais a ideologia dominante se impõe e as possibilidades de refutá-la. Com esse intuito, à luz da articulação entre a crítica marxiana à representação burguesa do real e os pressupostos teóricos de Leontiev, este artigo situa as instituições escolares como territórios de disputa das consciências. Ao longo do texto, dialogamos com Davi Kopenawa e com o samba-enredo “Hutukara” (Cruz et. al., 2024), cujas críticas à sociedade colonial-capitalista demonstram a potência das cosmologias indígenas em revelar os limites históricos do pensamento moderno ocidental.

Nessa direção, defendemos que a obrigatoriedade do ensino da história e das culturas afro-brasileira e indígenas na educação básica, implementada pela Lei 11.645/2008, contribuem para confrontar o sistema de significações dominante que naturaliza a catástrofe planetária em curso e paralisa as práticas sociais revolucionárias.

O capitalismo fóssil e as rupturas metabólicas globais

“Depois de mim, o dilúvio”. Este é, segundo Marx (2017a, p.342), “o lema de todo capitalista e de toda nação capitalista”. Embora utilizado ali para descrever o desprezo da burguesia pela saúde e longevidade da classe trabalhadora, o lema sintetiza o pressuposto que rege a relação entre o capital e a natureza. Sob essa premissa, o capital rompeu a relação metabólica entre os sistemas sociais e os sistemas naturais, resultando na atual crise climática global, que anuncia prazos cada vez mais curtos para o colapso da vida na Terra.

De acordo com Ian Angus (2016), ambientalista marxista, o papel central da indústria em larga escala na consolidação das relações sociais de produção burguesa explicita que a crise ambiental vigente é inseparável do advento do modo de produção

capitalista. A queima de combustíveis fósseis, essencial para a mudança energética que possibilitou a revolução industrial, desencadeou impactos ambientais de escala planetária. Angus (2016, p.138) relata que “desde a década de 1970, quando se descobriu que os CFCs destruíam a camada de ozônio, ficou evidente que o que parecia ser uma atividade econômica banal poderia romper processos naturais essenciais ao funcionamento do planeta”.

Ainda segundo o autor, a lógica destrutiva do capital resultou em rupturas metabólicas globais nos ciclos naturais que regeneram os ecossistemas. As alterações ambientais profundas advindas dessas cisões - aumento da temperatura média global, altas concentrações de CO₂ e de metano, perda de biodiversidade, esgotamento da água doce etc. - inauguraram um novo tempo geológico, o Antropoceno⁴, instaurando uma crise climática que ameaça a capacidade do planeta de sustentar a vida (Angus, 2016). Em síntese, a contradição insuperável entre o ritmo da natureza e o imediatismo do capital, cuja perpetuação depende da expansão territorial predatória e ilimitada, terá como resultado inescapável o fim da humanidade.

À vista disso, o movimento ambientalista não pode se limitar à defesa de regulamentações ou de alternativas “verdes” compatíveis com a ordem burguesa, já que, nos marcos do capital, “se um plano ambiental minar as relações de classe [...], nem toda a argumentação racional do mundo será capaz de produzir a vontade política necessária para implementá-lo.” (Angus, 2016, p. 208). Por essa razão, o autor defende o ecossocialismo como horizonte estratégico.

O movimento ecossocialista articula a teoria marxista aos princípios ecológicos para enfrentar o colapso planetário. Ainda que não seja um movimento homogêneo, trata-se da luta por uma alternativa revolucionária ao capitalismo, baseada na propriedade coletiva dos meios de produção e orientada pela justiça social e ambiental (Angus, 2016). Assim, a crise climática revela-se como manifestação da crise civilizatória provocada pelo modo de produção burguês, e a luta pela vida no planeta afirma-se, necessariamente, como luta anticapitalista.

Contudo, as significações sociais dominantes nublam os determinantes históricos do colapso planetário em curso. É nesse sentido que se torna central

⁴ Antropoceno designa a época geológica em que a expansão do capitalismo fóssil instaurou mudanças radicais nos ciclos que regulam o sistema terrestre e possibilitam a vida no planeta.

analisar os pressupostos da ideologia burguesa que eternizam a ordem social capitalista em defesa dos interesses da classe dominante.

O irracionalismo moderno e a naturalização da formação social capitalista

Tendo em vista que as formas de pensamento são historicamente condicionadas pelas relações sociais de produção, a crítica marxiana da economia política demonstra que as bases materiais da sociabilidade capitalista engendram uma representação invertida da realidade, por meio da qual a ordem burguesa aparece como natural e insuperável. De acordo com a dialética racional marxiana, o capitalismo tem como contradição fundante a oposição entre capital e trabalho, instituída pela forma jurídica especificamente moderna da propriedade privada. Ao passo que inaugurou a cisão absoluta entre a força de trabalho e os meios de produção, a formação social capitalista dissolveu as relações de dominação direta e explicitamente determinadas por hierarquias sociais imutáveis (Marx, 2011).

Nesse processo, a ruptura burguesa entre a esfera social e a esfera privada restringiu as relações sociais ao âmbito da circulação de mercadorias, a qual camufla as contradições da ordem social vigente conferindo-lhe a aparência de uma sociabilidade de indivíduos livres e juridicamente iguais (Marx, 2017a). Por conseguinte, circunscrita à superfície sensível, a representação burguesa do real ancora-se em formas sociais reificadas que invertem os nexos internos das relações que as engendram. Nas palavras do autor:

As figuras acabadas das relações econômicas, tal como se mostram [...] nas representações por meio das quais os portadores e os agentes dessas relações procuram obter uma consciência clara dessas mesmas relações, são muito distintas e, de fato, invertidas, antitéticas a sua figura medular interior [...] e ao conceito que lhe corresponde (Marx, 2017b, p. 245).

Nesses termos, a teoria marxiana evidencia o movimento pelo qual o capital, enquanto relação social, se converte em figuras acabadas, apresentando-se como substância criadora de valor. A manifestação atomizada das formas sociais burguesas apaga suas determinações históricas, de modo que a terra se torna sinônimo de propriedade privada; o trabalho se eterniza como trabalho assalariado; a autonomização dos meios de produção e subsistência é naturalizada como capital (Marx, 2017b). À vista disso, os processos de exploração inerentes ao capitalismo não

aparecem como relações diretas entre pessoas. Ao contrário, “a conexão social entre as pessoas é transformada em um comportamento social das coisas; o poder [vermögen] pessoal, em poder coisificado.” (Marx, 2011, p.105).

A crítica de Davi Kopenawa à sociedade ocidental explicita a coisificação das relações sociais como forma de pensamento especificamente burguesa. Refletindo sobre seu contato com o mundo capitalista, o líder Yanomami constata que o “olhar [dos brancos] está preso no que os cerca: as mercadorias, a televisão e o dinheiro. Por isso eles nos ignoram e ficam tão pouco preocupados se morremos de suas fumaças de epidemia” (Kopenawa e Albert, 2015, p.437-438).

A perspectiva de outras cosmologias nos ajuda a desnaturalizar o campo epistêmico da ciência moderna e identificar seus determinantes históricos. Os pressupostos do cânone moderno-ocidental - a antinomia sujeito-objeto, o princípio da não-contradição e a apreensão contemplativa da realidade sensível - confirmam a crítica de Kopenawa aos limites da racionalidade burguesa. Nesses termos, a ideologia dominante reduz a apreensão da realidade à aparência estanque das formas sociais, encobrendo as relações de dominação historicamente determinadas que sustentam a reprodução do capital.

A crítica marxiana à teoria moderna da colonização advoga que, durante as campanhas coloniais-capitalistas, o confronto dos invasores europeus com outros modos de organização social refutou essa visão de mundo ao revelar “que o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, intermediada por coisas” (Marx, 2017a, p. 836). A resistência aos ditames do trabalho assalariado nas colônias evidenciou que o valor acumulado pela burguesia não vem da propriedade privada da terra, nem da maquinaria, mas do roubo do trabalho excedente. Nesse sentido, o autor destaca que, no processo de colonização, “o regime capitalista choca-se por toda parte contra o obstáculo do produtor, que, como possuidor de suas próprias condições de trabalho, enriquece a si mesmo por seu trabalho, e não ao capitalista” (Marx, 2017a, p. 835).

Portanto, ficou explícito que a implementação do modo de produção capitalista exige o extermínio dos demais regimes de gestão territorial, no intuito de formar uma população expropriada, cuja sobrevivência depende exclusivamente da venda da sua força de trabalho. A um só golpe, a pluralidade das formações sociais refutou a premissa ideológica do capitalismo como estágio natural da humanidade e revelou

suas determinações históricas e contraditórias, as quais, nas metrópoles europeias, eram camufladas pela falácia do livre intercâmbio entre sujeitos possuidores de mercadorias (Marx, 2017a).

Diante do acirramento dos antagonismos inerentes à ordem social capitalista, as teorias harmônicas formuladas pelos ideólogos da burguesia revelaram-se insuficientes para legitimar a hegemonia da classe dominante. Os estudos de Lukács (2020) sobre a decadência da ideologia burguesa elucidam esse processo. Conforme argumenta o autor, ao final do século XIX, o fortalecimento da organização revolucionária da classe trabalhadora europeia - e, adicionamos, das lutas anticoloniais - impôs a necessidade de reconfiguração da apologética capitalista.

À medida que se tornava insustentável ocultar as relações de exploração que alicerçam o modo de produção burguês, os porta-vozes da classe dominante passaram a representá-las como processos intrínsecos às relações humanas. Essa inflexão ideológica, que, segundo Lukács (2020), inaugurou o irracionalismo moderno, apoiou-se no darwinismo social, cujas premissas racistas converteram as desigualdades sociais em determinações biológicas. Para tanto, estabeleceu-se o pressuposto de que “a sociologia deve[ria] substituir a classe pela raça, [...] de modo que a divisão em classes se revela[ria] como a dominação de uma raça sobre outra” (Lukács, 2020, p. 601).

O autor assevera que as teorias racistas, ancoradas na transposição do método científico-natural para as ciências sociais, possibilitaram a incorporação do anti-historicismo nos postulados da episteme burguesa. Nesses termos, as correntes hegemônicas de pensamento subjugaram o processo civilizatório a leis naturais, rejeitando o antagonismo de classes como princípio estruturante da modernidade capitalista ocidental (Lukács, 2020). Recorrendo a esses falseamentos, a reformulação ideológica da ciência moderna atendeu aos interesses da burguesia em desmobilizar as lutas operárias e anticoloniais por um novo projeto societário.

Para assegurar sua hegemonia, a burguesia transformou em virtude sua visão de mundo limitada à manifestação dicotômica dos fenômenos na esfera sensível. O dualismo epistemológico burguês forjou a racialização dos povos dominados e a concepção evolucionista de progresso civilizatório para justificar o extermínio das sociabilidades que desafiam a ordem social capitalista. Por conseguinte, as teorias racistas revelam-se como expressões ideológicas específicas da modernidade

ocidental. A episteme burguesa não admite a diversidade de ser e estar no mundo e opera por meio da falsificação da realidade para adequá-la à naturalização dos privilégios de classe. Com ênfase no enfrentamento da crise climática, a seguir veremos como essa distorção da realidade se articula com a fragmentação da atividade e da consciência na sociabilidade capitalista.

Atividade, consciência e a indiferença frente ao mundo em colapso

Aleksei Nikoláievitch Leontiev, um dos principais proponentes da psicologia soviética, fundamenta sua teoria sobre a formação da consciência na tese marxiana de que o ser humano singular se constitui no interior das relações sociais de produção. De acordo com o autor, a consciência se constrói em unidade com a atividade coletiva de trabalho, essencial ao processo de produção da vida social. No desenvolvimento histórico dessa atividade, as práticas sociais e os produtos do trabalho coletivo representam-se idealmente nos significados sociais, os quais, por meio da linguagem, conformam a existência da consciência humana. Assim, cada modo de produção encerra relações sociais específicas que estruturam a atividade humana. Estas, ao se cristalizarem nas significações linguísticas, constroem formas historicamente determinadas de consciência social.

O trabalho de Nuñez, Oliveira e Lago (2021) sobre o contraste entre a racionalidade eurocêntrica e as cosmologias indígenas ilustra a unidade entre atividade e consciência enunciada por Leontiev. As autoras destacam que, diferentemente da língua portuguesa, “na língua guarani não temos termos que designam posse. Em vez disso, temos referências à companhia, por exemplo: não somos donos do rio, apenas estamos em sua companhia” (Nuñez, Oliveira e Lago, 2021, p.86). Por conseguinte, distintas relações sociais de produção constroem distintos sistemas de significação. Em contraste com outras formas de vida social, na sociedade burguesa, ancorada na apropriação privada dos meios de produção e na usurpação do mais-trabalho, as significações linguísticas refletem relações de dominação entre os sujeitos e entre os seres humanos e a natureza. Essa diferença não decorre mecanicamente da linguagem, mas das formas históricas de atividade e de sociabilidade que nela se objetivam.

Na ordem social capitalista, o sistema de significações hegemônico que interpreta a realidade na consciência dos sujeitos condensa a representação burguesa do real, a qual, conforme discutido na seção anterior, naturaliza as formas sociais capitalistas e converte suas determinações históricas em leis universais (Marx, 2017b). As teorias de Marx e Leontiev se articulam, uma vez que essa apresentação fetichizada das relações sociais na superfície sensível se inscreve nas significações dominantes e introduz, nas consciências, representações falseadas que nublam a totalidade das relações sociais de produção em que os sujeitos estão inseridos (Bulhões, 2025).

Acontece que os significados sociais adquirem expressões subjetivas conformadas em unidade com as experiências do sujeito na realidade objetiva. Dessa forma, os sentidos pessoais, atrelados ao motivo da atividade dos indivíduos concretos, não encontram correspondência nas significações dominantes que naturalizam as relações sociais de produção burguesa. Por conseguinte, o modo de produção capitalista produz a oposição entre os sentidos pessoais engendrados na vida real e o sistema de significações hegemônico. Nas palavras de Leontiev, (2004, p. 139):

Tal como a vida humana não se encarna totalmente nestas relações, assim os sentidos engendrados pela atividade humana não se encarnam totalmente nem de maneira autêntica nas significações que refletem estas relações estranhas à vida. É esta a causa da imperfeição e da inadequação da consciência e da conscientização.

À vista disto, na sociedade capitalista, a cisão entre as forças objetivas e subjetivas do trabalho que fragmenta a atividade humana, se reflete na estrutura desintegrada da consciência (Leontiev, 2004).

No que se refere ao colapso planetário, a serviço dos interesses da burguesia, as significações dominantes o atribuem à natureza egoísta e predatória do ser humano. É o que ilustra o Relatório do Banco Mundial (2015, p. 18), instituição financeira do Norte Global responsável por definir as diretrizes educacionais dos chamados países periféricos:

Os seres humanos preocupam-se muito mais com o presente do que com o futuro, e muitos dos piores impactos da mudança climática podem ocorrer daqui a vários anos. [...] a tendência das pessoas de preferir princípios [...] que atendam a seus interesses – dificulta alcançar acordos sobre como compartilhar o ônus da mitigação e da adaptação à mudança climática.

Para sustentar essa premissa, os ideólogos descolam os seres humanos do modo de produção em que estão imersos, ocultando que a ordem social capitalista estabelece condições objetivas de existência profundamente desiguais. Nessa representação abstrata de indivíduo, a destruição do planeta aparece como produto da ação humana em geral, quando, na realidade, trata-se de uma prática social específica da classe burguesa. Ian Angus (2016, p. 126) confirma essa assertiva ao denunciar que, “se, por alguma razão, as 3 bilhões de pessoas mais pobres do planeta desaparecessem amanhã, não haveria virtualmente nenhuma redução na atual destruição ambiental”.

Ao eternizar a formação social capitalista, a apologética burguesa converte em fatalidade aquilo que é produto de um modo histórico de produção. A propriedade privada da terra, a produção subordinada à acumulação de mais-valor e a destruição da sociobiodiversidade são reduzidas a expressões inevitáveis do suposto progresso civilizatório. Assim, os fundamentos racistas da racionalidade ocidental naturalizam a cisão entre o ser humano e a natureza, desqualificando formas de vida comunitárias que respeitam os ritmos do planeta.

Tendo em vista que atividade e consciência são conformadas pelo modo de produzir a vida material, a marcha acelerada da civilização ocidental rumo à própria tragédia revela a incorporação do horizonte de curto prazo do capital em nossas relações sociais concretas. Por conseguinte, regidas pela máxima “depois de mim, o dilúvio”, as reconfigurações introduzidas pelo neoliberalismo na atividade produtiva implicaram na reformulação das significações dominantes.

A serviço do novo regime de acumulação financeirizado, os princípios igualitários da ideologia burguesa que sustentavam o Estado Democrático e de Direito foram suplantados pelo empresariamento da gestão estatal, sedimentado nas políticas de austeridade e na seleção dos mais aptos pela livre concorrência. O ideário meritocrático desmobilizou as aspirações coletivas por justiça social, legitimando as campanhas de privatização e o desmonte dos programas sociais, dos serviços públicos e das políticas de preservação ambiental.

Com efeito, a precarização das condições laborais e da rede de proteção social da classe trabalhadora, somada à apologia ao individualismo neoliberal, enfraqueceu a luta popular por uma sociedade igualitária. Nesse processo, a progressiva erosão dos direitos impôs a luta diária pela sobrevivência, ao passo que o ataque sistemático

à diversidade e às pautas coletivas acentuou a indiferença recíproca entre os sujeitos, ocultando as relações de exploração e opressão que determinam suas condições de existência.

A análise de Eliane Brum (2023) sobre a morte de uma jovem por exaustão térmica durante o show da cantora Taylor Swift, realizado no Rio de Janeiro em meio a uma onda de calor extremo, ilustra a correlação entre a ideologia neoliberal e a indiferença à crise climática. A autora destaca que o protesto do público contra o adiamento do espetáculo no dia seguinte ao ocorrido, em defesa do sonho de assistir à apresentação da cantora, evidencia o triunfo do individualismo sobre o compromisso social com o futuro da humanidade. Diante disso, a jornalista conclui que, ao invés de impulsionarem a mobilização coletiva pela vida, os eventos climáticos extremos têm aprofundado a desconexão das pessoas com a realidade.

Esse episódio reforça a assertiva marxiana de que a coisificação dos vínculos sociais limita a atividade dos sujeitos à satisfação de seus interesses privados, de modo que as demandas coletivas aparecem como obstáculos para a liberdade individual. Contudo, essa significação burguesa de liberdade, acentuada pela apologética neoliberal, esconde que “o próprio interesse privado já é um interesse socialmente determinado [...] [pois] seu conteúdo, assim como as formas e os meios de sua efetivação, está dado por condições sociais independente de todos” (Marx, 2011, p.105).

Dessa forma, a consciência social é condição indispensável para a formação da consciência individual. As ideias, os valores e as aspirações individuais são mediados pelas relações sociais e pelo sistema de significados socialmente elaborados (Leontiev, 2004). Nessa direção, Marx (2017b) afirma que, sob o capitalismo, os indivíduos se tornam personificações das formas sociais burguesas. Ou seja, uma vez que desconhecemos os condicionantes histórico-sociais que nos determinam, os papéis sociais que reproduzimos e os motivos que orientam nossa atividade são regidos, em grande medida, pela finalidade do capital de acumular valor - ainda que se apresentem como expressão de nossa livre escolha.

A perspectiva de Kopenawa sobre a vida social nas grandes metrópoles nos ajuda a enxergar esse processo:

Aonde quer que se vá, há uma multidão de gente que se apressa para todos os lados sem que se saiba por quê. [...] Só falam de trabalho e do dinheiro que lhes falta. Vivem sem alegria [...] com o pensamento vazio e sempre desejando adquirir novas mercadorias (Kopenawa e Albert, 2015, p. 436).

A crítica do líder Yanomami explicita a fetichização das práticas sociais burguesas. Sob a roupagem de figuras acabadas, o capital induz os indivíduos a correrem de um lado para o outro “sem que se saiba por quê”, falando apenas “de trabalho e do dinheiro que lhes falta” para “adquirir novas mercadorias”, de modo a convertê-los em portadores das formas assumidas pelo valor no ciclo contínuo de multiplicação de si mesmo (Marx, 2017a). Com efeito, a liberdade individual burguesa submete nossas vidas “sem alegria” ao movimento automático e insaciável da acumulação excludente da riqueza social.

Adiantamos que essa dominação ideológica não é intransponível. Sua superação exige, no entanto, “uma transformação dos sentidos pessoais em significados adequados [...] no contexto da luta pela consciência que ocorre na sociedade” (Leontiev, 2021, p. 174). Esses significados adequados, formulados no interior das lutas anticoloniais e anticapitalistas, desvelam a exploração, a opressão e a destruição da sociobiodiversidade como determinações históricas próprias da ordem capitalista. Dada a unidade entre atividade e consciência, a transformação a que o autor se refere não se trata de uma assimilação fraseológica, mas do engajamento em relações sociais que possibilitem a formação de motivos atrelados a essas significações contra-hegemônicas.

Portanto, a indiferença frente à crise climática não é inerente à natureza do ser humano. Ao contrário, expressa as determinações históricas da atividade e da consciência em um modo de produção regido pela intempestividade do capital. Sob essas premissas, abordaremos a relação entre a educação escolar e as significações dominantes que falseiam a vida nas consciências.

O monopólio do sistema de significados burguês nas escolas

Conforme discutido na seção anterior, para Leontiev (2004), as significações linguísticas que sintetizam as práticas sociais de uma dada sociabilidade medeiam a concepção de mundo dos sujeitos. Essa premissa reforça a assertiva marxiana segundo a qual, “no progresso da produção capitalista, desenvolve-se uma classe

trabalhadora que reconhece, a partir da educação, tradição, hábito, as exigências daquele modo de produção como leis naturais autoevidentes” (Marx, 2017a, p. 765).

Uma vez que, na ordem social capitalista, as instituições de ensino são responsáveis pela socialização dos conhecimentos historicamente sistematizados, elas assumem papel central na veiculação da representação burguesa da realidade, introduzindo nas consciências a premissa de que as relações sociais capitalistas derivam de “leis naturais autoevidentes”. Essa função ideológica da escola se concretiza por meio da centralidade conferida à epistemologia eurocêntrica na seleção dos conteúdos curriculares, que circunscreve a visão de mundo das e dos estudantes ao sistema de significados burguês. Nesse processo, naturalizam-se as hierarquias raciais, culturais e epistêmicas forjadas pelos paradigmas ocidentais para silenciar os modos de existência que evidenciam o fundamento miserável da ordem social capitalista. Portanto, a diversidade dos modos de produzir a vida material, as cosmologias não ocidentais, a história e as culturas afro-brasileira e indígenas são marginalizadas ou invisibilizadas (Valença, et. al., 2024).

O apagamento da pluralidade epistêmica é central para a perpetuação da sociedade burguesa capitalista, pois, como vimos, as sociabilidades divergentes refutam a naturalização das formas sociais capitalistas. Vimos também que a efervescência das contradições do capitalismo implicou na guinada ao irracionalismo moderno, o qual valeu-se de ideologias racistas e anti-históricas para incutir a aceitação resignada da ordem social capitalista.

No estudo de Patto (2007) sobre o projeto republicano de reforma da educação nacional é possível identificar a influência desses pressupostos ideológicos nas ideias educacionais hegemônicas no Brasil. Sua análise dos pareceres de Rui Barbosa, datados de 1882-1883, revela que as oligarquias nacionais projetaram as escolas como dispositivos de controle social contra os movimentos emancipatórios que ameaçavam seus interesses de classe.

Segundo a autora, o parlamentar brasileiro apoia-se no pensamento do biólogo inglês Thomas Huxley para definir os objetivos das disciplinas escolares. Dessa forma,

o ensino de Economia Política [...] só vale se evitar o conflito entre o capital e o trabalho; se incutir nas “partes menos afortunadas e mais duramente laboriosas da nação [...] a convicção do caráter providencial das desigualdades”; [...] se produzir o “bom-senso contra as loucuras socialistas, contra os ódios inspiradores da subversão revolucionária” (Patto, 2007, p. 252).

Patto (2007, p. 252) também destaca a apologia à moral científica como meio para “ensinar a ‘esperar o infortúnio ou a prosperidade como conseqüências naturais da nossa obediência às condições necessárias da nossa vida’”. Por conseguinte, o pensamento educacional brasileiro incorporou o ataque da epistemologia moderna à dialética marxiana, fortalecendo a naturalização das relações de dominação capitalista.

Os impactos dessa inflexão ideológica na historiografia da sociedade brasileira foram denunciados por Clóvis Moura (1995), cujos estudos demarcaram a quilombagem como expressão dos antagonismos de classe no período colonial-escravista. Em suas obras, o autor investigou a cooptação da história oficial do Brasil pelos ideólogos da burguesia, os quais apagaram a centralidade dos quilombos no desgaste do sistema escravocrata, a radicalidade das rebeliões dos povos escravizados, bem como a truculência da classe senhorial. Nas palavras do sociólogo marxista, “a regra era negar a luta dos escravos, encarar a escravidão como benigna e o negro como inferior” (Moura, 1995, p. 53).

Ainda segundo Moura (1995), trata-se de um encobrimento intencional das contradições que edificaram a sociedade brasileira, de modo que “nossa história tem áreas proibidas” (Moura, 1995, p. 54). Nesse processo, que construiu as bases do mito da democracia racial, as elites intelectuais ocultaram o protagonismo dos povos negros e indígenas na formação social do Brasil, bem como as estruturas racistas que edificaram o capitalismo dependente à brasileira e que seguem reverberando nas instituições e nas práticas sociais contemporâneas (Moura, 1995).

Da mesma forma, o pensamento de Lélia Gonzalez é incontornável para a desmistificação da historiografia oficial. Em seus escritos, que confrontaram as ideias racistas disseminadas pela intelectualidade acadêmica, a autora denunciou explicitamente a visão de mundo eurocêntrica imperante nas instituições escolares:

Estamos cansados de saber que nem na escola nem nos livros onde mandam a gente estudar se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro e do índio na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles. E o que é que fica? A impressão de que só os homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir este país (Gonzalez, 1982, p. 3).

Gonzalez (1982) enfatiza que o apagamento da pluralidade étnico-racial e das histórias de luta e resistência dos povos marginalizados que construíram o Brasil atua como um mecanismo ideológico das elites dominantes para barrar a construção de um projeto de sociedade verdadeiramente soberano. Assim, a escola é instrumentalizada para disseminar a representação racista, anti-histórica e invertida das relações sociais de produção, de modo a sustentar a aparência atemporal e intransponível da ordem social capitalista.

É nesse terreno que se insere o acirramento da ofensiva de organismos multilaterais e grupos ligados ao empresariado nacional sobre as instituições de ensino. Por meio da ingerência em políticas públicas educacionais, reformas curriculares, diretrizes de formação inicial e capacitação docente, as classes dominantes subjagam a educação escolar à produção de sujeitos alinhados aos interesses do capital (Ferreira e Santos, 2020). Dado que, no Brasil, o agronegócio é um dos grandes vetores da devastação socioambiental, interessa-nos discorrer, ainda que brevemente, sobre as investidas do setor nas instituições de ensino.

O modelo predatório de produção adotado pelo agronegócio impacta profundamente a sociobiodiversidade, provocando contaminações químicas e biológicas, erosão dos solos, desmatamentos, queimadas, aumento dos gases de efeito estufa, morte de rios e contaminação dos oceanos (Aguiar e Torres, 2023). No intuito de eliminar as críticas que relacionam o setor ao colapso climático e à violência no campo, o lobby do agro tem invadido o território escolar por meio de projetos que visam transformar a educação em um espaço de exaltação do latifúndio monocultor (Freitas, 2024).

Nessa empreitada, em 2021, conformou-se a associação De Olho No Material Escolar (Donme). Financiada pelo patronato agroindustrial, a Donme questiona os conteúdos que denunciam os crimes socioambientais do setor, tais como trabalho escravo, uso de agrotóxicos e desmatamento. Em articulação com a bancada ruralista no Congresso Nacional, o grupo passou a influenciar diretamente as políticas educacionais, reivindicando mudanças na seleção de livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e interferindo na elaboração do novo Plano Nacional de Educação (PNE) (Freitas, 2024). Essas ofensivas revelam a perpetuação do projeto da burguesia nacional, denunciado por Lélia Gonzalez e Clóvis Moura, de encobrir a remanescência das estruturas do período colonial-escravista na sociedade brasileira.

Ademais, a lógica expansionista do agro, fundamentada na apropriação ilegal de terras públicas e no extermínio da sociobiodiversidade, herda traços do bandeirantismo e da economia de *plantation*, assentando-se na relação direta entre o progresso civilizatório e a ocupação predatória da terra (Aguilar e Torres, 2023). Portanto, os preceitos colonialistas que regem a educação escolar legitimam a violação dos direitos territoriais dos povos indígenas e tradicionais, o assassinato de suas lideranças, o incêndio criminoso de suas terras, a intoxicação de comunidades inteiras por venenos agrícolas e a aniquilação dos seus modos de vida.

A ofensiva do patronato rural na educação integra o projeto de territorialização ideológica do capital nas escolas brasileiras para a formação de indivíduos entusiastas da concentração fundiária, indiferentes às vidas dos povos marginalizados e alheios à relação direta entre o colapso ambiental e o modo de produção capitalista. Analogamente ao extermínio da sociobiodiversidade pelo avanço do latifúndio monocultor, as classes dominantes excluem a pluralidade epistêmica do currículo escolar para instituir o monopólio da ideologia burguesa nas instituições de ensino. Nesses termos, importa explicitar as determinações históricas da epistemologia ocidental que refutam sua posição de parâmetro universal do conhecimento.

O dualismo epistemológico, cerne do pensamento eurocêntrico, induz o sujeito burguês a se perceber como absoluto e transcendente, mimetizando o movimento contraditório do capital. De acordo com a dialética marxiana, na superfície da sociabilidade capitalista, o capital assume a forma de sujeito da produção do valor, ocultando que a acumulação burguesa advém da exploração da força de trabalho. Ao negar sua interdependência com o trabalho vivo, o sistema capitalista tende a reduzir a participação deste no processo produtivo, o que resulta na exclusão da substância que o sustenta. Portanto, Marx (2011, p.627) revela a tendência “[d]a destruição violenta do capital, não por circunstâncias externas a ele, mas como condição de sua autoconservação”.

Dado que “[o capitalista] não é mais que o capital personificado, dotado de consciência e vontade próprias” (Marx, 2017b, p.331), a racionalidade ocidental é incapaz de apreender a unidade dialética entre identificação e diferença. Portanto, assim como o capital, a burguesia sustenta sua aparente superioridade e autossuficiência negando a totalidade do Outro que a determina – a natureza, a classe

trabalhadora, os povos colonizados, os modos de produção não capitalista. Em outras palavras, a episteme eurocêntrica transforma a alteridade em subordinação.

Contudo, o ser não pode ser compreendido isolado de suas determinações. Isto posto, Marx (2017a, p.190) destaca que “todo o misticismo do mundo das mercadorias [...] desaparece imediatamente, tão logo nos refugiemos em outras formas de produção”. Ou seja, para a teoria marxiana, as relações de interdependência entre a ordem social capitalista e outras formações sociais revelam os condicionantes históricos da sociedade produtora de mercadorias. Desta forma, as histórias, culturas, modos de produção e cosmologias dos povos originários e tradicionais contribuem para desmistificar a ordem social capitalista e contestar o excepcionalismo reivindicado pelo cânone moderno-ocidental. A inserção desses saberes no currículo escolar é o tema da próxima sessão.

Por um Brasil cocar: A lei 11.645/2008 e a disputa das consciências nas escolas

No que se refere ao papel da educação escolar na disputa pelas consciências, é importante reforçar que, de acordo com Leontiev (2021), a incorporação de novos conhecimentos cumpre papel importante, mas não garante a formação de novos motivos e novas práticas sociais. Estes processos vinculam-se às conexões sociais que o indivíduo estabelece na vida real, à amplitude de suas relações com o mundo e ao lugar que ocupa nessas relações. Assim, o potencial disruptivo da escola não reside em produzir, por si só, a transformação da atividade e da consciência dos sujeitos, mas em promover o acesso significações que exprimem fidedignamente a totalidade das relações sociais burguesas que, articuladas à experiência concreta, contribuam para “que se realize na consciência do indivíduo uma transformação dos sentidos pessoais subjetivos em outros significados, adequados a eles” (Leontiev (2021, p. 174).

Tendo isso em vista, se, por um lado, as instituições escolares atuam como dispositivos de imposição da ideologia dominante, por outro, podem confrontá-la, legitimando a pluralidade epistêmica, cultural e socioeconômica dos modos de vida que desafiam a representação inexorável do capital. Essa tese dialoga com Kopenawa quando o xamã afirma que “se os brancos pudessem, como nós, escutar outras palavras que não as da mercadoria, saberiam ser generosos e seriam menos hostis

conosco. Também não teriam tanta gana de comer nossa floresta” (Kopenawa e Albert, 2015, p. 413-414).

Isso posto, a Lei 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996), implementando a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas da educação básica, e a Lei 11.645/2008, que incluiu a obrigatoriedade do ensino da história e culturas indígenas, desafiaram o monopólio das palavras da mercadoria no território escolar. Essas legislações representam um marco histórico na educação brasileira, fruto da luta aguerrida dos movimentos negros e dos movimentos indígenas por políticas educacionais e práticas pedagógicas comprometidas com o combate ao racismo e com a valorização da pluralidade étnico-racial na formação social brasileira (Gomes, 2017).

Nesse sentido, Nilma Lino Gomes (2017) ressalta o papel educador do movimento negro brasileiro, cujos saberes nascem da luta social por emancipação e resgatam a memória histórica da escravização, das insurreições e das formas coletivas de resistência do povo negro que o currículo escolar eurocêntrico apagou. Esses conhecimentos, construídos pelos movimentos populares, tornaram-se mediações fundamentais para a compreensão crítica da formação social brasileira, confrontando, no interior das instituições de ensino, a hierarquia epistemológica forjada pelo cânone moderno-ocidental (Gomes, 2017).

É nesse horizonte que situamos a centralidade da Lei 11.645/2008. Nessa perspectiva, o potencial disruptivo do ensino das histórias e culturas afro-brasileira e indígenas exige a superação de estereótipos e abordagens superficiais, conferindo centralidade aos movimentos de resistência e às lutas emancipatórias que produziram esses saberes contra-hegemônicos, bem como às mobilizações coletivas que conquistaram sua obrigatoriedade nas instituições de ensino.

A vinculação entre a educação e os movimentos sociais mostra que as disputas epistemológicas que tensionam o currículo escolar têm origem nas lutas travadas na realidade concreta das periferias urbanas, dos territórios indígenas, das comunidades quilombolas, das florestas, ou seja, são frutos da resistência histórica dos povos excluídos do ideário colonizado de nação brasileira, os quais seguem lutando contra as ofensivas de extermínio em todas as esferas da vida social, inclusive nas instituições de ensino.

O samba-enredo Hutukara (Cruz et. al., 2024) ganha destaque neste artigo por ilustrar a perpetuação dessa contradição fundante do nosso país. Articulando a cultura afro-brasileira e a cosmologia dos povos Yanomami, a obra confronta as narrativas conciliadoras da historiografia oficial, expõe a brutalidade irracional da sociedade colonial-capitalista e anuncia que a luta coletiva contra esse modo destrutivo de produção é a única via para frear o colapso civilizatório e planetário.

Os Yanomami habitam o maior território indígena do Brasil, com uma área superior a 9 milhões de hectares localizada nos estados do Amazonas e de Roraima (Hutukara Associação Yanomami, 2023). Devido à escalada da invasão do garimpo ilegal em suas terras, impulsionada pelo desmonte dos órgãos ambientais durante a gestão bolsonarista, esses povos enfrentam uma grave crise humanitária, marcada pela destruição ambiental que inviabiliza seu modo de vida ancestral, pela violência dos invasores e pelo aumento exponencial dos casos de malária e de doenças infectocontagiosas (Hutukara Associação Yanomami, 2023). Foi a denúncia desse genocídio, bem como a exaltação da cultura e do poder de resistência dos Yanomami, que inspiraram o samba-enredo do Acadêmicos do Salgueiro.

Em um excerto particularmente expressivo, Hutukara (Cruz et. al., 2024) afirma:

Antes da sua bandeira, meu vermelho deu o tom / Somos parte de quem parte, feito Bruno e Dom / Kopenawas pela terra, nessa guerra sem um cesso / Não queremos sua ordem, nem o seu progresso / Napê, nossa luta é sobreviver! / Napê, não vamos nos render!

Os versos abordam a guerra em curso entre a ordem social capitalista e as civilizações originárias, destacando a centralidade da luta indígena pelo direito ancestral às terras que ocupavam muito antes da nossa bandeira. Contrariamente à historiografia colonialista, que representa a propriedade privada moderna como fundamento tácito da estrutura territorial do país, os povos originários exaltam as múltiplas territorialidades que antecederam as invasões coloniais e que, até hoje, resistem à expansão truculenta das relações de produção capitalista.

Nesse contexto, a tese do marco temporal explicita a naturalização da apropriação privada dos meios de produção como um dos principais dispositivos ideológicos da ordem social burguesa. Ao condicionar o reconhecimento dos territórios indígenas à sua ocupação na data da promulgação da Constituição de 1988, a Lei 14.701/2023 interditou o direito constitucional dos povos originários às terras que lhes foram usurpadas, demonstrando a centralidade das instituições jurídicas

burguesas na eternização das formas sociais capitalistas - e na aniquilação de todas as outras.

Em 2023, ano de implementação da referida lei, foram documentados 424 casos de violência e 211 assassinatos de indígenas, o que denuncia seus efeitos devastadores sobre as condições de vida dos povos originários (Brasil de Fato, 2025). A truculência do pressuposto da terra como propriedade privada reside, portanto, em sua função de respaldar o apoio estatal às ofensivas burguesas de despossessão e extermínio. Nesse sentido, destaca-se o trecho: “Napê, nossa luta é sobreviver! / Napê, não vamos nos render!”. Referindo-se a nós, brancos, como inimigos, os Yanomami desmontam os estereótipos folclóricos ainda predominantes em materiais didáticos e práticas pedagógicas voltadas à temática indígena (Silva e Benites, 2023), e enfatizam sua determinação em seguir lutando contra as invasões coloniais-capitalistas.

Também adquire centralidade o verso “Não queremos sua ordem, nem o seu progresso”. Inspirado no positivismo de Augusto Comte, o lema “ordem e progresso” inscrito na bandeira nacional revela as bases reacionárias do regime republicano brasileiro. Como destaca Lukács (2020), Comte foi um dos formuladores da sociologia orgânica que se pautou nos preceitos das ciências naturais para vincular o progresso civilizatório à expansão da ordem social burguesa. A ironia histórica, contudo, é que as expedições coloniais-capitalistas que pretendiam civilizar os povos considerados “atrasados” resultaram no colapso planetário que hoje ameaça o futuro da humanidade.

Portanto, os Yanomami retribuem o insulto ao nos definir como um “povo na plateia, vendo a própria extinção”. O samba-enredo nos obriga a encarar a irracionalidade da civilização ocidental que assiste, inerte, à aniquilação das condições de sua própria existência pelas forças produtivas que ela mesma engendrou. Enquanto isso, a liberdade individual burguesa permite que a classe dominante siga violando os acordos climáticos para resguardar seus lucros exorbitantes. Afinal, na sociedade capitalista, “cada um espera que o raio atinja a cabeça do próximo, depois de ele próprio ter colhido a chuva de ouro e o guardado em segurança” (Marx, 2017a, p.342).

Em contrapartida, o planeta ainda sustenta a vida devido à resistência dos povos originários, cujas organizações societárias desempenham papel decisivo no

enfrentamento da crise climática. Em razão dos conhecimentos ancestrais sobre os ciclos naturais que equilibram o sistema terrestre, os territórios sob gestão indígena apresentam os mais altos índices de conservação e regeneração de ecossistemas florestais, contenção das emissões de carbono, preservação da cobertura vegetal nativa e da biodiversidade, superando as demais categorias de proteção ambiental (Oviedo e Doblas, 2022). Portanto, assim como o capital, a pretensão autossuficiente da burguesia destrói o Outro que a determina. É isso o que Kopenawa tenta nos explicar:

[os brancos] se acham inteligentes e poderosos, com suas peles de imagens, suas máquinas e suas mercadorias. Só quero avisá-los de que [...] o valor de nossos mortos vai ser muito alto, e eles com certeza não vão conseguir compensá-lo com suas peles de papel. Nenhum valor [...] pode comprar a terra, a floresta, os morros e os rios. O dinheiro dos brancos não vai valer nada diante do valor dos xamãs e dos xapiri. Eles têm de entender isso! (Kopenawa e Albert, 2015, p. 496).

O aviso do xamã Yanomami evidencia que a epistemologia moderna, detentora autoproclamada da razão, encobre formas de pensamento altamente místicas que conferem atributos mágicos a “peles de papel”. Ao afirmar que nenhum valor pode comprar a terra, a floresta e os rios, Kopenawa desvela as fronteiras do mundo burguês, para além das quais o dinheiro perde seu poder autônomo de subjugar tudo e todos à forma-mercadoria. Assim, a pretensão universal do valor monetário é confrontada pelo caráter puramente social das formas assumidas pelo capital, válidas somente no âmbito do modo de produção capitalista.

Como vimos, essa compreensão reificada da realidade é construída na experiência prática dos agentes sociais. A inversão entre forma e substância por meio da qual o capital se apresenta como fonte autônoma de valor converte as relações sociais em propriedades naturais das coisas. Por conseguinte, na perspectiva fetichizada do sujeito burguês, as mercadorias, as máquinas e os títulos de propriedade parecem conceder-lhe poder absoluto e total independência em relação às florestas e aos povos que as protegem, conformando uma visão de mundo que condiciona o avanço civilizatório ao extermínio da sociobiodiversidade. Assim, guiada pela ânsia de eliminar toda diferença, a burguesia acaba por forjar as condições de sua própria aniquilação.

Considerando isso, ao asseverar que “a chance que nos resta é um Brasil cocar”, Hutukara (Cruz et. al., 2024) anuncia que, ao contrário da perspectiva evolucionista fabricada pelas ideologias racistas do Ocidente, a verdadeira ameaça às civilizações humanas é a ordem social burguesa e o progresso devastador do capital. Em última instância, conforme Marx (2017a) demonstrou, a relação de interdependência entre a sociedade capitalista e outros modos de produzir e conhecer o mundo desmistifica a aparência transcendente da civilização moderna ocidental e revela que sua pretensa superioridade se ancora em uma representação falsificada de si e de seu Outro.

Nesses termos, apesar de reivindicar-se neutra e universal, a epistemologia eurocêntrica representa um projeto societário racista, genocida e destrutivo, que se vale do currículo escolar como instrumento de dominação. Portanto, a Lei 11.645/2008 abriu, no território escolar, uma frente de batalha fundamental para o avanço das lutas sociais contra a irracionalidade intempestiva da ordem colonial-capitalista. Além de legitimar outras formas de organizar a produção da vida material, a valorização das sociabilidades e saberes dos povos originários e tradicionais - essenciais para mitigar a devastação ambiental perpetrada pela civilização ocidental - desmantela as hierarquias coloniais eurocêntricas que os enquadram como primitivos e inferiores.

Por fim, em unidade com as lutas emancipatórias, o ensino das histórias e das culturas afro-brasileira e indígenas têm o potencial de expandir as relações sociais em que os sujeitos se engajam e contribuir, dentro do que lhe cabe, para a formação de motivos para além do horizonte estreito do capital que nos reduz a expectadores da nossa própria extinção.

Considerações finais

Embasadas nas teorias de Marx e Leontiev e nas críticas de Kopenawa à sociedade ocidental, buscamos demonstrar que a episteme burguesa, circunscrita às figuras acabadas da superfície sensível, converte os processos capitalistas de dominação, opressão e destruição em leis naturais, impulsionando a resignação da sociedade ocidental frente ao colapso planetário. A análise dos determinantes históricos do irracionalismo moderno destacou os fundamentos racistas do cânone moderno-ocidental, instrumentalizado para desmobilizar as lutas revolucionárias e

silenciar os modos de existência e resistência anticolonial. Enfatizamos, ainda, o papel das instituições escolares nesse processo de cooptação das consciências, tendo em vista o projeto de dominação inscrito no sistema educacional brasileiro, bem como o apagamento das lutas históricas, das culturas e dos conhecimentos dos povos negros e originários na formação social do nosso país.

Contudo, essa dominação ideológica não é intransponível. Submetidos à unilateralidade da visão de mundo burguesa, os indivíduos vivenciam a discrepância entre os sentidos pessoais ligados aos motivos de sua atividade e o caráter ideológico das significações dominantes. Em Leontiev (2024; 2021), esse conflito decorre da própria cisão objetiva da atividade humana sob as relações sociais capitalistas. Os movimentos emancipatórios identificaram essa fragmentação da vida concreta subjugada ao capital, de modo que suas lutas contra a ordem social capitalista produziram significados capazes de exprimir a aspiração coletiva por um novo projeto societário.

Nesses termos, a educação escolar vinculada aos movimentos sociais desponta como território estratégico na disputa pelas consciências. Como vimos, a Lei 11.645/2008 deslegitimou o sujeito branco ocidental como detentor exclusivo do conhecimento ao introduzir nos currículos escolares significações sociais que nasceram dos movimentos de resistência à dominação colonial-capitalista, as quais denunciam as ofensivas de extermínio, ecocídio e despossessão inerentes ao projeto civilizatório capitalista e escancaram a irracionalidade etnocêntrica de seu campo epistêmico.

Ademais, esses saberes asseveram que o futuro da humanidade está condicionado à abolição da apropriação privada da terra e do roubo do trabalho excedente, à efetivação dos direitos territoriais dos povos originários e tradicionais e à produção da vida material orientada pelo equilíbrio metabólico planetário. Inserido na disputa entre projetos societários antagônicos, o ensino das histórias e das culturas afro-brasileira e indígenas pode viabilizar a ampliação das conexões dos sujeitos com o mundo, impulsionando a articulação entre a educação escolar e os movimentos sociais que mostram, na prática insurgente, o vínculo entre a preservação da vida e a luta para superar a ordem colonial-capitalista.

Referências

AGUIAR, D.; TORRES, M. A boiada está passando: desmatar para grilar. In: **CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DO CERRADO**: Agro é fogo: um dossiê sobre grilagem, desmatamento e incêndios na Amazônia, Cerrado e Pantanal. Goiânia: CPT, 2023.

ANGUS, I. **Enfrentando o Antropoceno**. São Paulo: Boitempo, 2016.

BULHÕES, L. A subjetividade sob o regime de acumulação financeirizado: uma análise sobre a construção da consciência no ápice da mistificação capitalista. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 17, n. 2, 2025.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2015**: Mente, sociedade e comportamento, Washington D.C. Banco Mundial, 2015.

BRASIL DE FATO. **Marco temporal e agronegócio tornam terras indígenas “zonas de guerra”, analisa antropóloga**. São Paulo, 29 jul. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/07/29/marco-temporal-e-agronegocio-tornam-terras-indigenas-zonas-de-guerra-analisa-antropologa/>. Acesso em 2 de agosto de 2025.

BRUM, E. O que Taylor Swift tem a ver com a exploração de petróleo. **Sumaúma**, 24 nov. 2023. Disponível em: sumauma.com/o-que-taylor-swift-tem-a-ver-com-a-exploracao-de-petroleo/. Acesso em 6 de junho de 2025.

CRUZ, A. N., NOBRE, D. GALLO, L. MOTTA, M. **Hutukara**. G.R.E.S. Acadêmicos do Salgueiro. Samba enredo. Rio de Janeiro: Edimusa, 2024.

FERREIRA, F. da S.; SANTOS, F. A. dos. As estratégias do “Movimento Pela Base” na construção da BNCC: consenso e privatização. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, v. 22, n. 1, p. 189–208, 2020.

FREITAS, H. Agronegócio financia lobby para patrulhar livros didáticos. **Repórter Brasil**, 30 out. 2024. Disponível em: reporterbrasil.org.br/2024/10/agronegocio-lobby-livros-didaticos/. Acesso em: 6 de junho de 2025.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Vozes, 2017.

Gonzalez, L. De Palmares às escolas de samba, tamos aí. **Mulherio**, São Paulo, Ano 2, n. 5:3, jan.-fev, 1982.

HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI. **Nós ainda estamos sofrendo**: um balanço dos primeiros meses da Emergência Yanomami. Boa Vista: Hutukara Associação Yanomami, 2023.

KOPENAWA, D; ALBERT, B. **A queda do céu:** palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo.** São Paulo: Centauro, 2004.

LEONTIEV, A. **Atividade, consciência e personalidade.** Bauru-SP: Mireveja, 2021.

LUKÁCS, G. **A Destruição da Razão.** São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

MARX, K. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MOURA, C. A história do trabalho no Brasil ainda não foi escrita. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 37, p. 51-57, 1995.

NÚÑEZ, G; OLIVEIRA, J. M. de; LAGO, M. C. de S. Monogamia e (anti)colonialidades: uma artesanaria narrativa indígena. **Teoria e Cultura**, v. 16, n. 3, p. 76–88, dez. 2021.

OVIEDO, A. F. P.; DOBLAS, J. **As florestas precisam das pessoas.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2022.

PATTO. M. H. S. "Escolas cheias, cadeias vazias" nota sobre as raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro. **Estudos Avançados**, 21(61), p. 243–266, 2007.

SILVA, E. H.; BENITES, F. A importância da “nova história indígena” para a compreensão dos protagonismos indígenas na história do Brasil. **Revista Crítica Histórica**, v. 14, n. 27, p. 98–215, 2023.

VALENÇA, A. L. S. et al. Políticas educacionais e a implementação da Lei 11.645/2008: Impactos na educação afro-brasileira e indígena. **LUMEN ET VIRTUS**, v. 15, n. 39, p. 1944–1954, 2024.